

PRÁTICA DOCENTE E RESISTÊNCIA: lidando com falas racistas entre alunos

TEACHING PRACTICE AND RESISTANCE: dealing with racist speech among students

Bruna Beatriz da Rocha¹

INTRODUÇÃO

O relato de experiência a seguir tem a finalidade de narrar uma ação pedagógica desenvolvida para combater o discurso racista entre os alunos no contexto escolar. A presença de comentários intolerantes nas aulas destacou a urgência de iniciativas educacionais que incentivem a valorização da diversidade e a equidade racial. Assim, a proposta visou sensibilizar os estudantes sobre os efeitos prejudiciais do racismo, fortalecer o pensamento crítico e cultivar uma cultura de respeito entre todos. Além disso, a intervenção procurou incorporar a educação antirracista na rotina escolar, promovendo o diálogo e a reflexão como meios de promover mudanças sociais.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

O combate ao racismo dentro das escolas, especialmente através da repressão e análise de comentários racistas entre alunos, é um elemento educacional essencial para criar uma educação que seja democrática e livre de discriminação. As escolas são locais privilegiados para a socialização e, por isso, têm um papel direto na formação de indivíduos éticos, críticos e conscientes sobre sua posição na sociedade. Conforme Nilma Lino Gomes (2005), a função da escola é fomentar uma educação antirracista que transcendia ações isoladas e integre-se ao currículo, às práticas e relações do dia a dia. Essa visão implica aceitar que comentários racistas não são brincadeiras ingênuas, mas sim expressões de um racismo enraizado que mantém desigualdades e desrespeita a dignidade humana. Para a autora, é essencial que os educadores adotem uma postura político-pedagógica assertiva no combate ao racismo. Kabengele Munanga (2004) enfatiza que o racismo é uma construção que tem raízes sociais, históricas e culturais, e se manifesta de forma aberta ou sutil nas instituições. Quando as escolas ignoram atos racistas, elas ajudam a normalizá-los. Portanto, é urgente implementar iniciativas educativas que promovam o respeito à diversidade étnica e racial e fortaleçam a identidade de estudantes

¹bruuna_rochal@hotmail.com ; PUC Minas Campus Coração Eucarístico

negros. O suporte legal oferecido pela Lei 10.639/03 também fundamenta essa luta. Ao tornar obrigatório o ensino da história e cultura afro-brasileira e africana, essa lei busca favorecer o reconhecimento e a valorização da população negra na configuração do Brasil, além de atuar contra o preconceito através da educação. Contudo, sua aplicação depende do engajamento dos profissionais da educação e da gestão escolar. Silvio Almeida (2019), ao abordar o conceito de racismo estrutural, destaca que a questão vai além das ações individuais, abrangendo as estruturas e instituições que o perpetuam. Assim, enfrentar comentários racistas nas escolas é também um esforço contra uma lógica social mais ampla que legitima desigualdades. Por fim, Paulo Freire (1970) propõe uma educação que se baseie no diálogo e na conscientização. Nesse contexto, o combate ao racismo deve ser realizado por meio da escuta, do questionamento e da construção coletiva de valores como respeito, empatia e justiça social.

METODOLOGIA

Este estudo utiliza a metodologia de relato de experiência, fundamentada em uma prática educacional realizada no contexto escolar com turmas do Ensino Fundamental II. A vivência teve início a partir da percepção de comentários racistas entre alunos, manifestados de maneira sutil e, em algumas ocasiões, de forma aberta, por meio de apelidos, brincadeiras e observações ofensivas relacionadas à cor da pele e à origem étnica e racial dos colegas. Diante dessa situação, decidiu-se implementar uma intervenção pedagógica de natureza dialogadora e reflexiva, com o objetivo não só de reprovar comportamentos, mas de fomentar a conscientização crítica sobre o racismo, além de suas origens e repercussões. A abordagem incluiu atividades organizadas ao longo de três semanas, que englobaram rodas de conversa, análise de vídeos curtos, leitura de textos acessíveis sobre diversidade étnica e racial, assim como a apresentação de trechos de filmes e campanhas educativas. Na primeira fase, trabalhou-se para estabelecer um ambiente seguro para a escuta, permitindo que os alunos compartilhassem suas percepções e experiências. A escuta ativa foi utilizada como ferramenta para avaliar o entendimento dos estudantes acerca do racismo e do preconceito. A segunda fase concentrou-se na mediação de conteúdos que exploravam a história da população negra no Brasil, os efeitos do racismo estrutural e a relevância do respeito à diversidade. Durante as rodas de conversa, foram promovidos o diálogo aberto e a construção da empatia, sempre guiados por exemplos da vida escolar. Também foram discutidas estratégias para enfrentar o preconceito, como a adoção de uma linguagem respeitosa e a valorização da identidade de todos os alunos. Ao término da intervenção, os estudantes criaram cartazes e textos com opiniões antirracistas,

que foram exibidos nos corredores da escola. A experiência foi documentada por meio de registros em diário de campo e observações durante as aulas, possibilitando uma reflexão crítica sobre os efeitos da ação pedagógica. Assim, a metodologia se fundamentou em uma prática educacional que respeita os direitos humanos e está de acordo com a legislação vigente, como a Lei 10.639/03. A proposta se revelou eficaz em criar um ambiente mais respeitável e em fortalecer o papel da escola como um espaço de formação cidadã.

DISCUSSÃO E/OU RESULTADOS

A experiência descrita mostrou que o racismo continua a aparecer no ambiente escolar, muitas vezes de maneira normalizada entre os alunos, particularmente através de comentários que, disfarçados de "brincadeiras", perpetuam estereótipos e promovem a exclusão de estudantes negros. Desde o início das escutas, notou-se que uma grande parte dos alunos não tinha noção da seriedade de suas atitudes e palavras, revelando uma ausência na formação ética e social dos jovens e na falta de espaços significativos para debate sobre o tema na escola. As rodas de conversa mostraram quão desinformados os estudantes estavam sobre o que é racismo, como ele se configura e quais as suas repercussões. Por exemplo, muitos não sabiam que chamar um colega de apelidos relacionados à cor da pele ou ao cabelo é uma forma de violência simbólica. O engajamento com vídeos, textos e discussões possibilitou momentos de reflexão intensa, levando alguns alunos a reconhecerem comportamentos preconceituosos que tiveram anteriormente e a se comprometerem a mudar suas atitudes. Um aspecto importante foi a alteração de atitude de certos alunos que, a princípio, se mostraram relutantes com o assunto, demonstrando apatia ou lidando com a conversa de maneira sarcástica. Com o passar das atividades, esses alunos começaram a participar de forma mais ativa, fazendo perguntas, compartilhando experiências vividas ou observadas, e, sobretudo, expressando empatia por seus colegas. Essa mudança, embora ainda em progresso, já representa um avanço considerável na formação cidadã dos alunos. A criação de cartazes e textos de opinião ao término da intervenção também foi um sinal positivo. Os materiais elaborados mostraram que os alunos conseguiram entender noções como preconceito, respeito, diversidade e igualdade racial, mesmo que de forma inicial. Muitos escolheram mensagens de conscientização, frases impactantes e ilustrações que reforçavam o direito de todos à dignidade e ao respeito. A exibição desses materiais nas áreas da escola gerou discussões entre outras turmas, aumentando o alcance da ação. Outro resultado relevante foi a sensibilização da equipe pedagógica e de outros professores, que passaram a analisar maneiras de incluir o tema da educação antirracista em

suas matérias e no projeto político-pedagógico da instituição. Alguns professores relataram que começaram a reexaminar seus próprios discursos e práticas, percebendo a importância de uma postura clara e coerente em resposta a situações de discriminação racial. Apesar dos progressos, também foram apontados desafios. O tempo restrito das atividades impediu um aprofundamento mais extenso sobre certas questões, e a resistência de alguns alunos mostra que a luta contra o racismo nas escolas precisa ser contínua, e não apenas pontual. Também ficou evidente a necessidade de formação contínua para os educadores, a fim de abordar questões raciais de uma forma qualificada e segura. Em resumo, as evidências mostram que intervenções educacionais destinadas a combater o racismo podem gerar reflexões significativas, alterar atitudes e promover uma cultura escolar que valorize a diversidade, quando realizadas de maneira adequada e embasadas. Entretanto, é crucial que tais iniciativas sejam permanentes, integradas ao currículo e respaldadas por toda a comunidade escolar, assegurando que a luta contra o racismo esteja presente na rotina diária da escola.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A vivência mostrou que a luta contra comentários racistas no ambiente escolar é fundamental para criar um espaço educacional mais igualitário e respeitoso. Fomentar a conversa, a atenção e a análise crítica proporciona transformações efetivas no comportamento e na percepção. No entanto, é imprescindível que essas iniciativas sejam persistentes, incorporadas ao plano de ensino e apoiadas por toda a comunidade escolar.

Palavras-chave: Racismo; Ambiente escolar; Práticas pedagógicas.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Silvio. **Racismo estrutural**. São Paulo: Pólen, 2019.

BRASIL. **Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003**. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira”, e dá outras providências. Disponível em:
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/l10.639.htm. Acesso em: 07 set. 2025.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 60. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2021.

GOMES, Nilma Lino. Educação, identidade negra e formação de professores: reflexões sobre a política de cotas e o ensino de história da África e cultura afro-brasileira. **Revista Brasileira de Educação**, v. 10, n. 29, p. 115-128, jan./abr. 2005.

MUNANGA, Kabengele. **Rediscutindo a mestiçagem no Brasil**: identidade nacional versus identidade negra. Petrópolis: Vozes, 2004.